

ANA MARGARIDA ARRUDA
Investigadora da UNIARQ

RUI ROBERTO DE ALMEIDA
Estudante da variante de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, colaborador da UNIARQ

AS ÂNFORAS DA CLASSE 32 DA ALCÁÇOVA DE SANTARÉM
(CAMPANHAS DE 1983-1991)
"Conimbriga" XXXVII (1998), p. 201-231

RESUMO: As escavações na Alcáçova de Santarém evidenciaram um enorme conjunto de ânforas de época romano-republicana, cuja divulgação decidimos iniciar. Publicam-se agora as ânforas da Classe 32 (Mañá C2), devidamente integradas no seu contexto estratigráfico. As importações de preparados de peixe, contidos em ânforas desta Classe, iniciaram-se em meados do século II a. C. e prolongaram-se até ao reinado de Augusto. Contudo, a importação em grandes quantidades deste produto parece ter ocorrido apenas entre os anos 60 e 30 a. C., altura em que *Scallabis* foi, primeiro, acampamento militar tendo assumido depois o estatuto de colónia romana.

ABSTRACT: The excavations at Alcáçova de Santarém from 1983 to 1991 brought up to light an enormous group of Roman republican amphorae. We will start its study by publishing the amphorae of the classe 32 (Dressel 18/Mañá C2) integrated with their stratigraphic contexts.
The fish sauces importation started approximately in the middle of the second century BC and continued during the first century BC till the Augustan period. Nevertheless the importation's peak seem to have occurred between 60 and 30 BC when Santarém, *Scallabis*, was a military camp and then a Roman colony.

AS ÂNFORAS DA CLASSE 32 DA ALCÁÇOVA DE SANTARÉM (Campanhas de 1983-1991)

«Quanto ao Tejo, a sua largura na foz é de cerca de 20
estádios e a sua profundidade suficiente para que navios de
10000 ânforas de frete possam remontá-lo»

Estrabão, Geografia, III, 3,1

1. Introdução

1.1. *Uma explicação prévia*

Na generalidade dos casos, uma publicação justifica-se por si própria, sem que seja absolutamente indispensável explicar o contexto em que surge.

Não é o caso da decisão de dar à estampa um conjunto concreto de materiais, proveniente de uma área específica de uma estação arqueológica.

As ânforas que aqui se apresentam provêm das escavações realizadas na parte da Alcáçova de Santarém actualmente ocupada pelo Jardim das Portas do Sol, onde, entre 1983 e 1991, um de nós (A.M.A.) dirigiu 8 campanhas de escavação, com a duração média de 45 dias cada, e onde a área escavada atinge hoje os 437 m². Esses trabalhos de campo possibilitaram a obtenção de uma ampla estratigrafia, a escavação de níveis conservados, e a recuperação de milhares de peças arqueológicas.

As escavações neste sítio viriam a prosseguir, em 1992-3, no interior da Igreja de Santa Maria da Alcáçova, sob a responsabilidade de

Catarina Viegas, então arqueóloga da autarquia. Em 1994 e 1995, novos trabalhos de campo tiveram lugar, agora dirigidos por um de nós (A.M.A.), em colaboração com Catarina Viegas. Esses trabalhos permitiram pôr a descoberto o *podium* de um templo romano, datado da segunda metade do século I a. C. e recolher um abundantíssimo espólio arqueológico.

O conjunto de dados que hoje possuímos sobre a ocupação humana da Alcáçova de Santarém é efectivamente de grande dimensão. Mas a enorme quantidade de informação já recolhida tornou-se difícil de gerir na globalidade sendo, sobretudo, a sua publicação num único trabalho manifestamente inviável. Como se pensa que é importante divulgar, devidamente, a totalidade do espólio recolhido, entendeu-se necessário começar desta forma.

O trabalho de gabinete sobre os materiais das campanhas 83-91 tem vindo a prosseguir com vista à publicação integral dos resultados obtidos e à sua necessária integração no contexto mais vasto de toda a Alcáçova. Mas, como já foi explicado, essa divulgação terá obrigatoriamente de fazer-se de forma parcelar, o que não implica que textos de síntese e reflexão não vão sendo entretanto também produzidos, como, aliás, já sucedeu anteriormente (Arruda, 1993).

Pareceu-nos que já era tempo de iniciar a publicação de conjuntos de materiais já estudados, e as ânforas de época romana podiam considerar-se um bom começo. Mesmo assim, era imprescindível dividi-las em núcleos concretos, uma vez que o seu número atinge as várias centenas, o que mais uma vez inviabilizava a sua publicação integral. Iniciar o estudo das ânforas romanas pelas de época republicana pareceu-nos o mais lógico, tendo a escolha recaído sobre o conjunto das ânforas da Classe 32 ⁽¹⁾ (D.18, Mañá C2), um dos mais significativos.

1.2. *A Alcáçova de Santarém*

O sítio arqueológico da Alcáçova de Santarém implanta-se num alto planalto sobranceiro ao Tejo, na sua margem direita. Possui 106 m de altura e tem actualmente 4 h. A sua identificação com a colónia romana

⁽¹⁾A tipologia utilizada neste trabalho é a de Peacock e Williams (1986). O estudo publicado incide, unicamente, sobre a variante Mañá C2, remetendo-se para trabalho posterior a apresentação das ânforas integráveis na variante Mañá C1.

de *Scallabis Praesidium Iulium* é hoje inquestionável. Como já foi referido no ponto anterior, as extensas escavações arqueológicas realizadas neste local permitiram recolher um abundantíssimo espólio de época pré-romana e romana e pôr a descoberto estruturas construídas romanas de grande imponência e dimensão, nomeadamente o *podium* de um templo. Estas descobertas são de facto suficientes para que a questão da localização de *Scallabis* no local conhecido por Alcáçova de Santarém se encerre definitivamente.

A Alcáçova é hoje uma freguesia urbana da cidade de Santarém, em grande parte ocupada pelo Jardim das Portas do Sol. Foi justamente na área do jardim que incidiram as escavações de 1983-1990.

1.3. As escavações arqueológicas

1.3.1. Metodologia

A escavação na área do Jardim das Portas do Sol teve, obrigatoriamente, que adaptar-se às condições, que no geral, condicionam qualquer intervenção em zonas urbanas. Assim, enquanto que no chamado «horto» se pode proceder a uma escavação de tipo clássico (Corte I, Corte II, Corte III e Corte IV), com quadrados de 4X4 m., inscritos numa quadrícula ampla (método Wheeler/Ferdière), na área do jardim propriamente dito, foram realizadas sondagens dispersas (Corte V, Corte VI, Corte VII, Corte VIII, Corte IX e Sector B), sempre localizadas nos arruamentos, de acordo com a sugestão da autarquia.

1.3.2. Os resultados: estratigrafia, contextos e cronologias

Na primeira campanha de escavações, em 1983, foi imediatamente perceptível a ampla diacronia deste sítio. De facto, tornou-se, imediatamente, claro que a Alcáçova tinha sido ocupada a partir da primeira metade do I milénio *a. C.*, sendo abundantes os vestígios da Idade do Ferro e dos períodos romano e islâmico. A Baixa Idade Média estava também documentada e materiais dos séculos XV a XVIII apareciam com alguma abundância.

Uma outra conclusão a que foi possível chegar muito cedo, dizia respeito às intensas destruições que os níveis pré-romanos e romanos

tinham sofrido durante a ocupação muçulmana. Nesta fase, foram construídas numerosas e profundas fossas escavadas no calcário. Detectadas em todas as cortes escavados, a sua construção obrigou, em alguns casos, à remoção integral das terras já acumuladas. Em certas áreas, no entanto, a construção das estruturas subterrâneas de época muçulmana, porque espacialmente mais dispersas, não implicou a destruição total das camadas pré-existentes, tendo os níveis arqueológicos romanos e pré-romanos sido poupados sectorialmente.

A complexa e extensa estratigrafia que foi detectada na Alcáçova de Santarém é, pois, o resultado da intensa ocupação que o sítio sofreu ao longo de quase três mil anos, e resulta das diversas formas de instalação e aproximação ao sítio dos seus distintos ocupantes.

Cabe ainda referir que as destruições da época muçulmana atingiram, muito particularmente, os níveis romanos do período imperial.

O que foi poupado das ocupações sidéricas e romano - republicanas, é efectivamente bastante mais significativo e parece ser suficiente para podermos ter uma ideia, relativamente precisa, das suas distintas e sucessivas fases.

O faseamento cronológico da ocupação pré-romana da Alcáçova, tendo por base os dados estratigráficos, as tipologias cerâmicas, e datas de radiocarbono também obtidas, foi já divulgado (Arruda, 1993).

Apesar de um conjunto muito significativo de materiais de época romano-republicana ser proveniente de níveis remexidos e/ou de entulhos de várias épocas, foi possível escavar contextos estratigráficos fechados, onde uma clara associação de ânforas, cerâmica de paredes finas e cerâmica campaniense nos permite propor, agora, uma cronologia relativamente precisa.

É o caso de: Corte I, Quadrado G16 – nível 4; Corte IV, J 14 – nível 6; Corte VI – nível 4; Corte VII – nível 4; Corte VIII – níveis 13, 14 e 15 e Sector B – nível 7.

Os dados obtidos nestes contextos permitem-nos saber que as ânforas da Classe 32 já eram importadas, ainda que escassamente, durante o século II *a. C.* (com esta cronologia apenas um único exemplar foi recolhido – Fig. 11, 99). A chegada maciça de ânforas desta classe à Alcáçova de Santarém processou-se a partir dos anos 60 *a. C.*, e perdurou, já sem grande significado, até aos inícios do reinado de Augusto, mais concretamente em 27/25 *a. C.* O momento alto destas importações situa-se pois entre 60 e 30 *a. C.*

2. As ânforas da Classe 32 (Mañá C)

2.1. Introdução

Este tipo anfórico caracteriza-se por ter um corpo cilíndrico, terminando num bico fundeiro igualmente cilíndrico, predominantemente oco, por vezes também maciço, ou simplesmente apontado. As asas, de perfil anelar, situam-se na transição do corpo para o nascimento do colo, tendo uma secção circular ou sub-circular. O bocal apresenta um típico perfil exvertido, de desenho mais ou menos complexo. A variante mais simples (Mañá C1) apresenta um bocal com um lábio de perfil mais recto e mais curto, de secção mais espessa.

Este tipo aparece pela primeira vez individualizado na tabela de Dressel, na qual corresponde ao número 18. Nos anos 50, Mañá, nos seus trabalhos de classificação e seriação das ânforas púnicas, dividiu esta forma em dois tipos, Mañá C1 e C2 (Mañá, 1951). Também Cintas incluiu este tipo anfórico nos seus trabalhos, atribuindo-lhe a classificação de 312-313 (Cintas, 1950).

No final dos anos 70, Van der Werff (Van der Werff, 1978) reviu as tipologias conhecidas para estas ânforas que designou por neo-púnicas. Dividiu-as em três formas: forma 1 – abrange os exemplares com lábio exvertido e desenho complexo (o tipo C2 de Mañá); forma 2 – com lábio também exvertido, mas de desenho simples; forma 3 – correspondente à antiga forma C1 de Mañá.

Contudo, a designação que prevaleceu na bibliografia da especialidade foi a de Mañá C1 e C2.

No princípio da década de 80, Juan Ramón (Ramón, 1981) subdividiu o tipo C2 de Mañá. Essa divisão teve por base características morfológicas e especificidades de fabricos. O sub-tipo C2a correspondia às produções centro-mediterrâneas e o C2b às produções ocidentais, definidas como produções circunscritas ao chamado «Círculo do Estreito de Gibraltar» (Tarradell, 1960). Este último tipo tinha como principal característica diferenciadora o facto de não apresentar qualquer ruptura de linhas entre o colo e o corpo, típica do sub-tipo C2a.

Uma nova leitura deste tipo de ânforas foi realizada por Guerrero Ayuso, que, acrescentou as variantes **a** e **b** à forma Mañá C1 e a variante **c** à forma C2. (Guerrero Ayuso, 1986).

Ainda em meados dos anos 80, foram também realizados alguns trabalhos de classificação de ânforas pré-romanas, agora baseados em

seqüências e evidências de carácter regional, como o de Muñoz Vicente (Muñoz Vicente, 1985). Este investigador designou como Grupo D de Cádiz as ânforas púnicas produzidas no Mediterrâneo Central, no qual incluiu os tipos C1 e C2 de Mañá, sub-tipo **a** de Ramón (D3 e D4 respectivamente), e como Grupo F as ânforas de tradição centro-mediterrânea de fabrico ocidental, onde incluiu o tipo C2 de Maña, sub-tipo **b** de Ramón (F1).

No trabalho de sistematização de ânforas romanas realizado por Peacock e Williams (Peacock e Williams, 1986), estes tipos foram agrupados na Classe 32, mantendo-se, contudo, um desdobramento de três tipos (A, B e C) dentro da própria classe, que segue, praticamente, as formas 1, 2 e 3 propostas por Van der Werff.

Em trabalho recente, Ramón (Ramón, 1995) recolheu e reviu toda a evidência do Mediterrâneo Central e Ocidental, propondo uma nova tipologia para todas as ânforas fenício-púnicas, baseada em atributos morfológicos. Com base nestes, tentou estabelecer uma evolução não só morfológica, mas, também, cronológica para estas ânforas. As formas integráveis na Classe 32 (Dressel 18, Maña C1 e 2) estão incluídas no Grupo 7, sub-tipos 7.2.1.1 a 7.7.1.1.

2.1.1. *Os conteúdos*

Apesar de o grau de informação ser ainda reduzido, os dados de que actualmente dispomos (epigrafia, revestimento interior dos recipientes e provas directas dos conteúdos) permitem conhecer, com relativa segurança, qual o conteúdo das ânforas da Classe 32.

As ânforas da Classe 32 transportaram *halex*, facto atestado pelos *tituli picti* de exemplares da Fossa Aggeris de Roma (C.I.L., 4762) e do Castro Pretório (C.I.L., XV, 4730). Também a colecção de estampilhas, de cartela circular, impressas sobre ânforas provenientes de uns fornos escavados em Torre Alta, San Fernando, Cádiz (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1985: 50-54), apontam no mesmo sentido. Nessas cartelas, estão representadas cenas inequivocamente relacionadas com conteúdos à base de preparados de peixe: grupos de três atuns, um personagem transportando atuns ou colocando restos de peixe num recipiente (Ramón, 1995: 265). O aparecimento de ânforas desta classe associadas a fábricas de salga, em sítios como Belo (Domergue, 1973), Kouass (Ponsich, 1968) ou Cerro del Mar

(Arteaga, 1985) parece corroborar o carácter piscícola do conteúdo deste tipo de ânforas.

Em Na Guardis, Maiorca (Ramón, 1991) e Cap Negret (Ramón, 1981), foram encontrados alguns destes recipientes com o interior revestido por uma substância resinosa. É hoje sabido que este tipo de tratamento se aplicava a ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas. Ramón não exclui, contudo, a hipótese de, esporadicamente, se tratar de preparados de carne (Ramón, 1995:265).

O conteúdo dos contentores da Classe 32 não deixa, pois, margem para grandes dúvidas. Todavia, subsistem ainda alguns aspectos discutíveis que importa analisar.

Contrariamente à área do Estreito de Gibraltar, onde a produção de preparados de peixe já era uma realidade desde os finais do século VI a. C., a zona de Cartago nunca teve, pelo menos reconhecida e comentada nas fontes, qualquer tradição neste género de indústria (Ramón, 1995:265).

No naufrágio A de Dramont (Saint Raphael), datado do 2.º – 3.º quartel do século I a. C. (Santamaria, 1975), foi encontrado um exemplar da Classe 32 (variante Mañá C2c), intacto, e ainda fechado com o respectivo opérculo. Continha restos de azeitonas e um ramo de oliveira. Poder-se-á, neste caso, admitir uma reutilização (Laubenheimer, 1990), ou será esta variante da Classe 32, que pela sua difusão e cronologia tardia seria originária das cidades hispânicas (Benoit, 1965), o contentor destinado ao transporte do azeite, que começava a ser produzido nesta região?

Se admitirmos a segunda hipótese, e tendo em conta os outros dados anteriormente enunciados, será então mais correcto falarmos não de um conteúdo, mas de conteúdos para as ânforas da Classe 32. Tal possibilidade não será de pôr completamente de parte, pois existem evidências semelhantes para contentores de outras classes, nomeadamente os da Classe 5 (Dressel 1, Lamboglia C), utilizados para transporte de outros produtos que não os do modelo anfórico original (Étienne e Mayet, 1994).

A actual evidência arqueológica não é suficientemente esclarecedora para resolver, por agora, esta questão. A problemática acerca dos conteúdos das ânforas da Classe 32 mantém-se, pois, em aberto, até que novos dados venham a ser acrescentados.

2.1.2. *Os centros produtores*

As grandes áreas de produção das ânforas da Classe 32 são essencialmente duas: o Mediterrâneo Central e o Mediterrâneo Ocidental, área vulgarmente, designada como «Círculo do Estreito de Gibraltar».

Embora a evidência relativa à produção na área do Mediterrâneo Central seja de pouco peso, é sabido que grande parte das ânforas da Classe 32 (variante Mañá C1a e C2a) foram fabricadas nos centros que integram o chamado grupo «Cartago-Túnis». Tal certeza provém da elevada concentração de achados de ânforas desta classe em Cartago e de alguns estudos petrológicos realizados em espécimes recolhidos em oficinas desta cidade e de Kerkouane, entre algumas outras. O grupo «Cartago-Túnis» (Ramón, 1995:258) abrange toda a zona de Cartago, os centros da área a norte de Túnis e a zona que em época romana se passou a denominar *Bizacena*, integrando todas as cidades importantes da área do Sahel.

Outro grupo produtor, igualmente importante nesta zona do Mediterrâneo Central, foi o que, *lato sensu*, corresponde à área conhecida como *Tripolitania*.

No Mediterrâneo ocidental está bem atestado o fabrico destes contentores, sendo conhecidos alguns dos seus centros produtores, nomeadamente, Kouass (Ponsich, 1968), Banasa, Sala e Volubilis (Boube, 1973), na actual costa marroquina.

Os trabalhos realizados no território peninsular, particularmente em Belo (Domergue, 1973) e Cerro del Mar (Arteaga, 1985), deixavam transparecer a possibilidade de uma produção deste modelo anfórico na área litoral da Península Ibérica, paralelamente à produção norte-africana ocidental. Os fornos de Torre Alta, Cádiz (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1985), as lixeiras de fornos da C/ Gregório Marañón, Cádiz (Blanco Jimenez, 1989) e os possíveis fornos de Puente Carrenque, Málaga (Beltrán Lloris, 1970), representavam já bons indícios dessa produção. A recente e surpreendente descoberta do conjunto de centros produtores da baía de Cádiz – c/ Javier de Burgos, Hijuela del Tío Prieto, Los Sauces, Puerto Nuevo, Laguna Salada, Buena Vista, San Ignacio, Cantera de Lavalle, Casines, El Almendral, El Carpio Chico, Cerro de los Mártires e Casa de Huertas – (Lágostena Barrios, 1996), confirmaram não só a produção, mas também a importância que a costa peninsular adquire nesta actividade.

Uma vez que o fabrico de contentores implica, quase obrigatoriamente, a produção do seu conteúdo em lugar mais ou menos próximo,

podemos afirmar que os dois grupos de centros produtores peninsulares já individualizados – grupo «Baía de Cádiz» e grupo «Málaga» (Ramón, 1995: 256) – detinham, muito provavelmente, um lugar de destaque semelhante, ou mesmo maior, que a região ocidental do Norte de África, na produção e comercialização de produtos fabricados à base de peixe.

2.1.3. A cronologia

A cronologia da produção e distribuição das ânforas da Classe 32 é bastante ampla. Estas ânforas são contemporâneas de uma série de modelos púnicos e de tradição púnica, de ânforas itálicas e, mais tarde, hispânicas. Não existe grande controvérsia quanto ao início das produções desta forma, contudo subsistem ainda alguns aspectos por esclarecer.

A Classe 32, nomeadamente a variante Mañá C1a – em particular o sub-tipo 7.2.1.1 de Ramón -, começou a produzir-se no último quartel do século III *a. C.*, muito possivelmente na área da Tripolitana, sendo logo no primeiro quartel do século II *a. C.* significativamente exportada (*ibid.*:291; Van der Werff, 1978). É neste momento, que aparecem também em cena os modelos anfóricos atribuíveis às oficinas de Cartago e à sua área de controlo imediato, ou seja a variante Mañá C2a da Classe 32 – sub-tipos 7.3.1.1 a 7.4.3.1. de Ramón. Durante o século II *a. C.*, as ânforas da Classe 32 foram substituindo progressiva, contudo parcialmente, as ânforas do tipo Mañá-Pascual A4 (López Castro, 1995: 118).

No que diz respeito ao prolongamento da produção destas ânforas após a queda de Cartago, a questão é complexa. De facto, torna-se bastante difícil clarificar se a produção perdurou na zona central do norte de África durante o terceiro quartel do século II *a. C.*, ou se, pelo contrário cessou a partir de 146 *a. C.*

Também não é fácil determinar, com exactidão, qual o momento em que se iniciou a produção das ânforas da Classe 32, (variante Mañá C2b, sub-tipo 7.4.3.2. e 7.4.3.3.) na área do Estreito de Gibraltar, sendo a cronologia *ante quem* para o seu aparecimento difícil de precisar, no marco que é a segunda metade do século II *a. C.* (Ramón, 1995: 294). Mas o que pode fazer algum sentido é relacionar os momentos finais das produções cartaginesas com o início da produção na área do Mediterrâneo ocidental.

No Sul peninsular, a evidência arqueológica hoje disponível parece apontar o início da produção das ânforas da Classe 32 para um momento,

se não paralelo, pelo menos relativamente aproximado ao início das produções norte-africanas da área marroquina. É, de facto, o que parecem indicar os resultados obtidos nos fornos de Torre Alta, Cádiz nos quais, a produção deste tipo de ânfora data dos momentos finais da laboração do forno, localizado num momento impreciso da segunda metade do século II *a. C.* (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1988).

Tudo indica que na área do Estreito de Gibraltar, particularmente na região marroquina e Sul da Península Ibérica, se assistiu à adopção de um modelo anfórico, aparentemente bem adaptado ao transporte de um produto há muito conhecido e produzido na região, que havia sido típico do Mediterrâneo Central, e que, durante quase um século, tinha alcançado um considerável sucesso.

O fabrico de ânforas da Classe 32 no extremo Ocidente corresponde pois a uma nova fase de produção de preparados de peixe e comércio atlântico-mediterrâneo, na qual estes modelos anfóricos aparecem como protagonistas principais.

As distintas variantes tipológicas, Mañá C2a, C2b e C2c, sucedem-se até, aproximadamente, ao último quartel do século I *a. C.*, devendo localizar-se cronologicamente o apogeu da sua produção e utilização, entre a segunda metade do século II *a. C.* e o terceiro quartel do século I *a. C.*, especificamente até à época de Augusto, como foi comprovado em alguns sítios, nomeadamente Hipona (Morel, 1968) e Thamusida (Callu *et al.*, 1965).

Estes dados permitem dizer que é justamente a partir do momento em que se iniciam as produções ocidentais que o comércio de preparados de peixe envasados nesta forma específica de ânfora se expande e conhece os seus melhores momentos comerciais.

Nos últimos anos do século I *a. C.*, as ânforas da Classe 32 desaparecem progressivamente, dando lugar às produções das Classes 14 (Dressel 12) e 16 (Dressel 7-11).

Estas ânforas distribuíram-se por todo o Mediterrâneo centro-ocidental, alcançando todo o Norte de África, Grécia, Itália, França e Espanha, e também o Atlântico, como demonstram os dados do território português (ver 2.2) e da Galiza (Naveiro López, 1986).

As ânforas da Classe 32 foram contentores de ampla difusão, quer em todas as zonas costeiras, quer nas áreas de penetração fluvial associadas às mesmas (Lágostena Barrios, 1996: 243-244), como é o caso de Santarém.

2.2. *As ânforas da Classe 32 no território actualmente português*

O panorama da distribuição das ânforas da Classe 32 (Dressel 18/ Maña variante C1 e C2) no território actualmente português sofreu alterações significativas desde o final da década de 80. Escavações sistemáticas, de emergência, ou mesmo de trabalhos de prospecção levados a cabo na última década fizeram praticamente duplicar o número de sítios onde se encontravam exemplares desta classe de ânforas. No entanto, apesar deste significativo aumento numérico, a informação acrescida é reduzida, ou mesmo deficitária, pois são raros os contextos de proveniência seguros ou esclarecedores. Deste modo, a inserção destas produções anfóricas nas redes de comércio e abastecimento de produtos alimentares do actual território português carece de balizas cronológicas precisas, embora esteja já bem evidenciada a sua importância.

Na região centro de Portugal, entre o Douro e o Tejo, conhecem-se exemplares da Classe 32 em:

Lomba do Canho – exemplar da variante de bordo simples, classificado com algumas reservas, integrando contextos do 2.º e 3.º quartéis do século I *a. C.*, especificamente entre 61-60 e 40 *a. C.* (Fabião, 1989:49-51);

Conimbriga – exemplares da variante Maña C2, provenientes de níveis revolvidos e/ou de entulhos do período flaviano e trajano (Alarcão, 1976);

Chões de Alompé – variantes Maña C1, C2a e C2b, sendo todos os exemplares produto de recolhas de superfície, constituindo a maior amostra até hoje obtida em território português (Diogo, 1982; Diogo e Trindade, 1993-94);

Santarém – variante Maña C2b, sem contexto de proveniência (Diogo, 1984);

S. Marcos, Cacém – variante Maña C2, recolhida em contexto pouco esclarecedor (Maia, 1980);

Oeiras – variante Maña C2, sem qualquer contexto esclarecedor (Cardoso, 1997).

A Sul do Tejo, estas ânforas são uma presença mais significativa. São conhecidas em:

Pedrão, Setúbal – integrando contextos do século II-I *a. C.* (Soares e Silva 1973);

Chibanes, Palmela – sem contexto estratigráfico (Costa, 1910; Maia, 1978);

Castelo de Alcácer do Sal – variante Mañá C2, integrados na fase V de ocupação, datada do século II-I *a. C.* (Silva *et al.*, 1980-81);

Miróbriga – sem indicação de proveniência (Soares, 1986:88);

Cabo Sardão – resultado de uma recolha subaquática (Cardoso, 1978);

Odemira – variante Mañá C2, sem indicação de proveniência (Soares, 1986:87);

Mesas do Castelinho, Almodôvar – variantes Mañá C2 e Mañá C1, provenientes das unidades estratigráficas 43 e 41, datadas contextualmente nos três primeiros quartéis do século I *a. C.* (Fabião e Guerra, 1994: 279).

Na costa algarvia, são conhecidos outros exemplares deste tipo de ânfora, concretamente em:

Monte Molião, Lagos – variante Mañá C2, de recolhas de superfície (Arruda e Gonçalves, 1993:461);

Foz do rio Arade, Portimão – variante Mañá C2, resultado de dragagens efectuadas (Silva *et al.*, 1987: 204);

Vila Velha de Alvor – sem contexto conhecido (Soares, 1986:88);

Cerro da Rocha Branca, Silves – variante Mañá C2, nos estratos da fase III (Gomes *et al.*, 1986: 80);

Faro – sem contexto conhecido (Arruda e Gonçalves, 1993:462);

Cerro do Cavaco, Tavira, – variante Mañá C2, provenientes de recolhas de superfície (Maia, 1978: 200)

Castelo de Castro Marim – da variante Mañá C2, em contextos do 2.º e 3.º quartel do século I *a. C.*, mais concretamente, entre 60 e 30 *a. C.* (Arruda, 1988; 1996: 99).

Os dados atrás enunciados não são, afinal, mais que uma listagem, cujo significado é pouco esclarecedor. Como já referimos, a ausência de contextos seguros dificulta a atribuição de cronologias precisas, deixando poucos elementos que sirvam de base a uma análise mais detalhada sobre o significado da presença de ânforas da Classe 32 no nosso território. De qualquer forma, parece importante referir que os poucos dados estratigráficos seguros que possuímos (Lomba do Canho, Mesas do Castelinho e Castro Marim), colocam em meados do século I *a. C.* as importações de ânforas deste tipo para o Ocidente peninsular.

3. As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém

3.1. *Os fabricos*

Uma análise macroscópica das pastas das ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém permitiu identificar 4 tipos, correspondendo muito possivelmente a 4 fabricos distintos:

O primeiro (1) está apenas representado por 2 exemplares (Alc. Sant. 45 e Alc. Sant. 1534) e caracteriza-se por possuir uma pasta dura e semi-compacta, de cor castanha alaranjada, com abundantes elementos não plásticos de médias dimensões (calcários, feldspatos, nódulos de argila cozida, concreções silto-ferruginosas, quartzitos e raras partículas de mica). As superfícies apresentam-se cobertas por um engobe de cor castanho claro.

Um outro, fabrico (2), tem pasta compacta, friável, esponjosa e macia com raros elementos não plásticos visíveis, de reduzidas dimensões (calcários). A sua cor é esverdeada.

O fabrico 3, o mais numeroso, sendo semelhante ao anterior, apresenta, contudo, diferenças quanto à cor da pasta, que varia entre o laranja avermelhado, o vermelho rosado e o vermelho acastanhado claro. Também a cor das superfícies pode ser beije, castanha amarelada ou amarela esverdeada, apresentando ou não engobe, que quando presente é muitas vezes pulverulento. A pasta, sendo compacta, é menos esponjosa que a do fabrico 2 e os elementos não plásticos são mais frequentes (minúsculas partículas de mica, calcário e concreções silto-ferruginosas).

Foi ainda identificado um quarto fabrico (4). Está representado por um único exemplar (Alc. Sant. 1906) e a sua pasta caracteriza-se por ser dura, compacta, de fractura irregular, apresentando uma estrutura morfológica estratificada e laminar. Contém abundantes elementos não plásticos de grão fino (areias de quartzo) e tem cor vermelho acastanhada clara. As superfícies estão cobertas por um engobe aderente de cor amarela clara.

Estes quatro fabricos identificados em Santarém parecem corresponder a pelo menos três dos centros produtores identificados em 2.1.2.

O fabrico 1, escassamente representado, é quase seguramente de origem sul peninsular. De facto, as características que apresenta parecem indicar que estamos na presença de uma «pasta da Bética», concretamente da área produtora do Guadalquivir, não muito distinta das produções da classe 15 (Haltern 70) e da classe 25 (Dressel 20).

O fabrico 3 apresenta características que o aproximam das produções norte-africanas ocidentais, mas que também não se distanciam completamente das sul peninsulares, concretamente da área da baía de Cádiz e de Algeciras (Peacock, 1974:241). Tal como em Santarém é o mais frequente em sítios portugueses, nomeadamente em Conimbriga (Alarcão, 1976) e Chões de Alpompe (Diogo, 1982 e 1984; Diogo e Trindade, 1993/94).

Quanto ao fabrico 2, a questão é mais complexa, uma vez que não possuímos dados concretos que nos permitam enquadrá-lo em qualquer dos centros produtores conhecidos. Este facto poderá talvez explicar-se pela ausência de informações detalhadas sobre as características petrográficas dos fabricos andaluzes. A semelhança com o fabrico 3 poderá efectivamente não ser suficiente para o considerarmos proveniente das mesmas oficinas. No entanto, tudo parece indicar que se trata de uma produção ocidental.

O fabrico 4 é, quanto à origem, bem menos problemático. A sua origem está bem determinada, sendo a área de Cartago a região produtora das ânforas com pastas que apresentam estas características (Ramón, 1995: 258).

3.2. *As variantes de lábio*

As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém têm, na generalidade dos casos, lábios pendentes e caneluras que definem diversos lóbulos, apresentando perfis muito variados. A maioria dos exemplares possui lábios pendentes, com dois ou três lóbulos, marcados por caneluras muito acentuadas ou mesmo reentrantes (Fig. 4:4). Em menor número são os lábios acentuadamente pendentes que, no entanto, também podem apresentar dois ou três lóbulos. Mais raros são os lábios mais engrossados e não pendentes, cujos lóbulos são definidos por caneluras pouco profundas.

Não é possível atribuir a nenhum dos fabricos 1, 2 e 3 qualquer tipo específico de lábio. De facto, estes fabricos possuem distintas formas de lábio que por si só não individualizam nenhum centro produtor. Apenas o fabrico 4, claramente identificado como não sendo uma produção cartaginesa, corresponde a um tipo de lábio que não está representado nos restantes fabricos (Fig. 11: 99). Trata-se de um lábio que se coloca sobre o colo, constituindo o remate da parede, com tendência marcadamente horizontal e exvasada, típico do tipo 7.4.2.1 de Ramón, datado da primeira metade do século II *a. C.* (Ramón, 1995: 209-210).

Os tipos de lábio correspondentes aos restantes fabricos são tipologicamente muito semelhantes às ânforas T. 7.4.3.3. de Ramón, diferenciando-se assim claramente das variantes 7.4.3.1. e 7.4.3.2. do mesmo autor. As ânforas identificadas como pertencentes ao grupo 7.4.3.3. correspondem às produções ocidentais, nomeadamente Cádiz, Cerro del Mar e costa marroquina (Banasa e Kouass), cuja cronologia se centra entre 110/100 e 50/30 *a. C.* (Ramón, 1995).

Estes dados parecem confirmar as observações feitas em 3.1.. Tal como os fabricos, também as variantes de lábio identificadas indiciam, na grande maioria dos casos (a única exceção é o fragmento Alc. Sant. 1906), uma origem claramente ocidental para as ânforas da Classe 32 de Santarém.

3.3. *Os contextos e a cronologia*

Como já referimos na Introdução (1.3.2.), um conjunto significativo de ânforas da Classe 32 foi recolhido em níveis preservados, o que possibilita uma leitura cronológica relativamente segura.

No Corte I – Quadrado G 16, ânforas da Classe 32 apareceram no nível 4, unidade estratigráfica bem definida e conservada, que foi possível datar por uma moeda cuja cunhagem é atribuída a P. Carísio e datada de 27/25 *a. C.*

O nível 6 do Quadrado J 14 do Corte IV também não apresentava remeximentos apreciáveis e forneceu, para além das ânforas da Classe 32, fragmentos de cerâmica campaniense da Classe B-óide, cuja data se centra entre 50 e 30 *a. C.*

O nível 4 do Corte VI é um nível bem datado, onde a maioria dos materiais tem fortes conexões com o final da Idade do Ferro (concretamente cerâmica cinzenta fina polida, algumas com palmetas estampilhas) e onde se recolheram dois fragmentos (um bordo e um fundo) de campaniense A da forma 27. O fundo era decorado por palmetas ovais, impressas, inscritas numa área demarcada por um *guilloché* fino, e é datável de meados do século II *a. C.* Daqui é proveniente o único exemplar de ânfora de origem cartaginesa, cuja cronologia é também o século II *a. C.* (Fig. 11, n.º 99).

No nível 4 do Corte VII e nos níveis 13, 14, 15 e 16 do Corte VIII, encontrou-se um número apreciável de bordos e fundos de cerâmica campaniense da Classe B-óide, datáveis da segunda metade do século I

a. C. e ainda fragmentos de cerâmicas de paredes finas (forma Mayet IX, datável do fim da República ou mesmo dos inícios do reinado de Augusto, forma XXXIII de Mayet, datável dos reinados de Augusto e Tibério).

No sector B, pode escavar-se um nível muito bem conservado e sem remeximentos (nível 7), onde foi possível recolher um abundantíssimo espólio do final da época republicana. Para além dos 12 fragmentos de ânforas da Classe 32, este nível ofereceu 27 fragmentos de cerâmica campaniense das classes B-óide e C (bordos, fundos e pés) e ainda paredes finas das formas Mayet III e Mayet III/Ricci I. A análise conjunta dos materiais desta unidade estratigráfica permite-nos propor, para este conjunto, uma data de meados do século I a. C.

4. Alguns comentários finais

O conjunto das ânforas da Classe 32 agora publicado levanta ainda algumas questões que nos parece importante discutir.

Em primeiro lugar, desde logo nos impressionou o seu número, que apenas poderá ser igualado pela totalidade das ânforas englobadas nas Classes 3, 4 e 5 (D. 1A, 1B e 1C). Não podemos esquecer que os 108 bordos das ânforas da Classe 32 provêm de uma área que corresponde a sensivelmente 1% da extensão do antigo povoado romano (um pouco mais de 4,5 ha)⁽²⁾, o que pode significar, se extrapolarmos, que, durante cerca de 30 anos, a colónia romana de *Scallabis* importou, no mínimo, mais de 10. 000 ânforas de preparados piscícolas.

A única situação comparável a esta regista-se justamente nos Chões de Alpompe, sítio muito próximo de Santarém, e que tem vindo a ser identificado com a Moron dos textos clássicos. De facto, também aqui o número de ânforas da Classe 32 iguala, ou mesmo excede, o das outras classes representadas. Infelizmente, e como já referimos, os dados dos Chões de Alpompe são o resultado de recolhas de superfície, pelo que não dispomos de dados cronológicos que precisem, mais exactamente, o seu significado cronológico e contextual. Em tudo o que se refere aos Chões de Alpompe, há que ter presente que, se a identificação com Moron for confirmada, estamos perante um povoado com funções iminentemente

(²) Idêntica proporção foi verificada em cinco dos quadrados escavados no Largo da Alcáçova 3/5 (16 ânforas da Classe 32 em 45 m²).

militares, o que fornece contornos muito específicos aos materiais aí recolhidos.

Mesmo sabendo que muitas escavações do Centro e Sul de Portugal estão ainda por publicar, e que as áreas estudadas em muitos sítios não são correspondentes àquela por nós trabalhada em Santarém, não podemos deixar de sublinhar o contraste existente entre o número de ânforas da Classe 32 aqui divulgado e o único exemplar encontrado em Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-81) ou mesmo os três de Conimbriga (Alarcão, 1976), cidade romana cuja área escavada excede em muito os nossos 437 m².

Seria tentador relacionar estes dados com o estatuto jurídico que *Scallabis* adquire durante o pretorado de César. Nesta perspectiva, estaríamos perante uma população detentora de um grande poder de compra, o que, obviamente, presume a existência de elevadas capacidades económicas. Aliás, como colónia romana, grande parte dos seus cidadãos seriam imigrantes provenientes de Roma ou de regiões já romanizadas e, portanto, consumidores habituais destes bens alimentares, mais ou menos «exóticos» no contexto local.

No entanto, não podemos também deixar de referir que o topónimo romano de época republicana (*Scallabis Praesidium Iulium*) parece indicar que César fundou neste local um acampamento militar. Assim torna-se difícil equacionar estes dados tendo apenas em consideração os possíveis hábitos alimentares da região durante a segunda metade do século I a. C.

Somos, efectivamente, obrigados a ter em conta que este conjunto de ânforas pode, pelo menos em parte e num determinado momento, documentar os abastecimentos aos efectivos militares, constituídos por homens totalmente estranhos à região, à semelhança do que, aliás, pode ter sucedido nos Chões de Alpompe.

Na Alcáçova de Santarém, no entanto, o elevado número de ânforas registado, e, sobretudo, a certeza que as importações perduram até ao início do reinado de Augusto, parece viabilizar a primeira hipótese, que, aliás, não é totalmente incompatível com a segunda.

Devemos também sublinhar a estreita ligação de Santarém com a actual Andaluzia, de onde parecem ser provenientes, se não a totalidade, seguramente um número muito significativo das importações de preparados de peixe aqui consumidos.

Este facto não deve provocar estranheza, uma vez que a produção deste tipo de produtos no território actualmente português só se inicia sob os júlio-cláudios, muito possivelmente durante o reinado de Tibério.

Por último, não podemos deixar de referir que as importações de ânforas da Classe 32 se iniciaram em meados do século II *a. C.* De facto, o exemplar recolhido no nível 4 do Corte VI (Fig. 11, n.º 99) não deixa dúvidas sobre a cronologia, nem sobre o seu local de origem. Trata-se de uma ânfora proveniente de Cartago, cujo perfil do lábio indicia uma datação mais antiga que os restantes exemplares. Como já foi referido em 3.2., esta peça estava estratigraficamente associada a dois fragmentos de cerâmica campaniense A, cuja cronologia aponta também para os meados do século II *a. C.* Esta ânfora pode, portanto, inscrever-se naquilo que um de nós (AMA) designou por Fase IV (e última) da ocupação sidérica da Alcáçova de Santarém, justamente datada de meados do século II *a. C.*, e que foi já relacionada com as campanhas que, em 138 *a. C.*, Décimo Júnio Bruto efectuou na região (Arruda, 1993).

CATÁLOGO

Fig. 4, n.º 1 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 45, Corte I, G18, n. 2). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada, definindo um bocal com 25,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 1.

Fig. 4, n.º 2 – Fragmento de lábio e início do colo (Alc. Sant. 1534, Corte V, n. 4). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada, definindo um bocal com 23 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 4,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 1.

Fig. 4, n.º 3 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 727, Corte I, E16, n. 2, banquette sul). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, definindo um bocal de 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 4 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1514, Corte VIII, 8 n. 23). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada e com uma acentuada reentrância entre o primeiro e o segundo lóbulo. Define um bocal de 25 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 5 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1521/cisterna). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, definindo um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 6 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1515, Corte. IX, 1, n. 7). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 7 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 44, Corte I, G16, n. 2, banquette norte). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, definindo um bocal amplo com 29 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 8 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1583, Corte. IX, 1, silo 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 21 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 9 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1611, Corte 8, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada e um ressalto bem marcado separando o segundo do terceiro lóbulo. Define um bocal amplo com 27,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 10 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1604, Corte.VII, n. 4). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 22,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 11 – Fragmento de lábio e início do colo (Alc. Sant. 1510, Corte. IX, 1, n. 12). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal amplo de 28 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado apenas até 3,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 12 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 163, Corte 1, B, n. 4a). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, definindo um bocal de 21,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 13 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1605, Corte VII, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada e com um ressalto marcado separando o segundo do terceiro lóbulo. Define um bocal amplo de 29,5 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 15 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 14 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 62, Corte I, G16, n. 2, Banquette Norte). O lábio é exvertido, engrossado e com a extremidade trilobada. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 15 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1602, Corte VII, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 20,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 16 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1612, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, com uma pequena reentrância marcando a passagem do segundo para o terceiro lóbulo. Define um bocal com 25 cm de diâmetro exterior. Tem o colo conservado até 3,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 17 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1699, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada e com um ressalto bem marcado separando o primeiro do segundo lóbulo. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 18 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1713, Corte IV, F16, n. 1c). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 19 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 19 – Fragmento de bojo com fragmento de asa anelar (Alc.

Sant. 1639, Sector B, n. 7), de secção transversal sub-circular com 3,4 cm de diâmetro. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 20 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 10, Corte I, A1, n. 7) de forma “cilíndroide” medindo cerca de 9 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 21 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 18, Corte I, H18, n. 3) de forma cilíndrica medindo 8,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 22 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1522, Corte IX, n. 12) de forma cilíndrica medindo 10 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 23 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1614, Corte VII, n. 14) de forma cilíndrica medindo 9,2 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 6, n.º 24 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 721, Corte I, G18, n. 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 21 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 25 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 723, Corte I, H17, n. 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 26 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1513, Corte VIII, 3, n. 19). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada e com um ressalto bem marcado diferenciando o primeiro do segundo lóbulo. Define um bocal com 21,5 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 4 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 27 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1659, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 22 cm de diâmetro, tendo o colo conservado até 4,6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 28 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 724, Corte I, H18, n. 2). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, sendo a passagem do primeiro para o segundo lóbulo definida por um ressalto bem marcado. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 29 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1603, Corte VII, n. 4). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 21,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 30 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1509, Corte IX, 1, n. 12). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 21,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 5,8 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 31 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 48, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal amplo de 28,5 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 32 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 49, Corte I, A17, n. 3). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 33 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 47, Corte II, J9, n. 4). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 3,6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 34 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 164, Corte I, A1, n. 7). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 21 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 8 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 35 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 68, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 36 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1532, Corte III, J14, n. 3, *banquette* oeste). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 28,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 11 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 37 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1511, superfície). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 26,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 38 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 731, Corte IV, J13, n. 10a). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada e com um ressalto bem marcado separando o primeiro do segundo lóbulo. Define um bocal com 27,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 39 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 742, Corte III, J14, n. 5, *banquette* oeste). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo bem marcado o ressalto do segundo para o terceiro lóbulo. Define um bocal com 25,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 6,7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 40 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 735, sector B, n. 7). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade trilobada, sendo o terceiro lóbulo reentrante e bem diferenciado do segundo. Define um bocal com 25 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 41 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 56, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos marcados. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 42 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1517, Corte IX, 17, n. 5). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, com os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados e sendo o terceiro reentrante. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 43 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1512, Corte IX, 17, n. 3). O lábio é exvertido, pendente e com a extremidade bilobada, sendo o segundo lábio côncavo. Define um bocal amplo com 28 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 44 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 40, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 4 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 45 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 733, Corte IV, J13, n. 3). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 27 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 46 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1615, Corte VII, n. 5) de forma cilíndrica, medindo 9 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 47 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 29, Corte I, n. 7) de forma cilíndrica, medindo 4,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 48 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1623, superfície) de forma cilíndrica, medindo 4,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 49 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1698, cr., n. 13). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade trilobada e com um ressalto bem marcado, reentrante, do segundo para o terceiro lóbulo. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 50 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1700, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 3,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 51 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1705, Corte IV, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 52 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1712, superfície). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada e com um ressalto bem marcado, reentrante, diferenciando o segundo do terceiro lóbulo. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 53 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1710, superfície). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 54 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1695, Corte VIII, n. 13). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Os lóbulos são definidos por um ressalto bem marcado, reentrante. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 55 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 52, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos

diferenciados por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 23 cm de diâmetro externo. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 56 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1533, superfície). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 57 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 67, Corte I, G16, n. 2). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 26 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 58 – Fragmento de bojo com fragmento de asa anelar (Alc. Sant. 1718, Corte VIII, n. 12), de secção transversal circular com 3,2 cm de diâmetro. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 59 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1593, Sector B, n. 5/7) de forma cilíndrica, medindo 11,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 60 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1657, superfície) de forma cilíndrica medindo 6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 61 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1648, Corte VIII 9, n. 8) de forma ligeiramente exvasada, medindo 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 62 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1711, superfície). O lábio é exvertido, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 63 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1715, Corte VIII, n. 10). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada, sendo o segundo lóbulo significativamente alongado, no seguimento da parede. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 64 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1702, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada e com uma canelura reentrante acentuadamente côncava diferenciando o primeiro lóbulo do segundo. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 65 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1613, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos bem marcados, sendo o ressalto do segundo para o terceiro lóbulo acentuadamente reentrante. Define um bocal com 25 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 66 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 728, Corte I, E15, n. 2, banquette oeste). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada, com uma canelura marcada separando os dois lóbulos. Define um bocal com 26 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 67 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1518, Corte VIII, 8, n. 20). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, com os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados e sendo o ressalto do segundo para o

terceiro lóbulo reentrante. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 68 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1520, cisterna). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 69 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 722, Corte I, G18, n. 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 70 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1531, Corte IX, n. 9). O lábio é exvertido, com a extremidade trilobada, definindo um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 71 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 729, Corte III, D18, n. 3). O lábio é exvertido, pendente e engrossado, com a extremidade quadrilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos e caneluras bem marcadas. Define um bocal com 26 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 72 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 20, Corte I, H18, n. 3) de forma cilíndrica medindo 16 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 73 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1601, Sector B, n. 7) de forma cilíndrica medindo 13,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 74 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1600, Corte I, H18, n. 3) de forma cilíndrica medindo 12,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 75 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 732, Corte IV, J14, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, definindo um bocal com 25 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 76 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 161, Corte I, H18, n. 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos bem marcados. Na secção encontra-se um oco, resultante da moldagem externa do lábio. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 77 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1586, Corte IX, 1, silo 2). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 25,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 78 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1516, Sector B, n. 5). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 25,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 79 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1606, Sector B, n. 6). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 80 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1519, Sector B, n. 5). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, de desenho simples, tendo a extremidade um único lóbulo. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 81 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1706, Corte VIII, n. 14).

O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os ressaltos que definem os lóbulos pouco profundos. Define um bocal amplo com 29 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 82 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1905, Corte VI, 6, estrutura 1). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 26,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 83 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 1790, Corte VII, n. 4) de forma cilíndrica, medindo 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 84 – Fragmento de asa anelar (Alc. Sant. 1637, Corte IV, J13, n. 19), de secção transversal circular medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 85 – Fragmento de asa anelar (Alc. Sant. 1635, Corte VII, n. 4), de secção transversal circular medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 86 – Fragmento de fundo (Alc. Sant. 20, Corte I, H18, n. 3) de forma cilíndrica, medindo 16 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 87 – Fragmento de bojo e asa anelar (Alc. Sant. 1721, Corte VIII, n. 13) de secção transversal oval, medindo 4 cm de largura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 88 – Fragmento de asa anelar (Alc. Sant. 154, Corte I, B, n. 2) de secção transversal sub-circular medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 89 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1900, Corte VI, n. 4). O lábio é exvertido, suavemente pendente, engrossado, com a extremidade bilobada. Os lóbulos são definidos por um ressalto bem marcado. Define um bocal amplo com 32 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 90 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1901, Corte VI, n. 4). O lábio é exvertido, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados e mesmo reentrantes. Define um bocal amplo com 27 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 4,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 91 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1701, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 92 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1868/ cr.8, n. 12). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal amplo com 29 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 93 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1709, superfície). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade bilobada, sendo os lóbulos definidos por uma canelura acentuada. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 94 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 37, Corte I, J9, n. 4). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada. Define um bocal com

26 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 95 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1697, Corte VIII, n. 13). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal amplo com 27 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 96 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1898, Corte VI, n. 4). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade trilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos bem marcados e caneluras reentrantes. Define um bocal com 26 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 97 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1904, Corte VI, derrube da estrutura 1). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 98 – Fragmento de lábio (Alc. Sant. 1584/ Corte IX 1, n. 11). O lábio é exvertido, suavemente pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal amplo com 30 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 99 – Fragmento de lábio e colo (Alc. Sant. 1906, Corte VI, n. 4). O lábio é exvertido, continuando a parede do colo e tem a extremidade bilobada. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 4 cm de altura. A pasta é do fabrico 4.

Fig. 11, n.º 100 – Fragmento de bojo com asa anelar (Alc. Sant. 1902, Corte VI, n. 4) de secção transversal oval medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 101 – Fragmento de bojo com asa anelar (Alc. Sant. 1523, Sector B, n. 7) de secção transversal circular, medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 102 – Fragmento de asa anelar (Alc. Sant. 119, Corte I, H18, n. 3) de secção transversal oval, medindo 3,5 cm. A pasta é do fabrico 3.

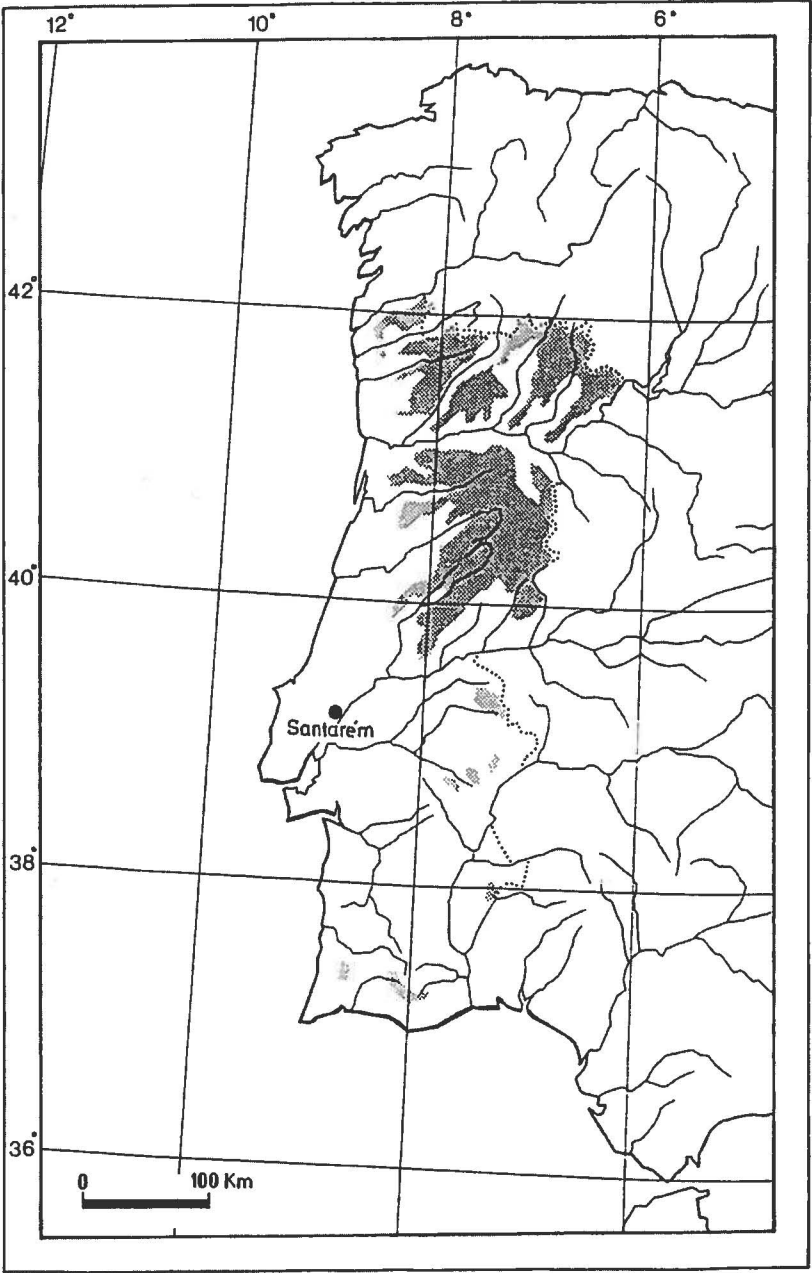
BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1976) – Les amphores. Fouilles de Conimbriga VI. Paris, Diffusion de Boccard, p.79-91.
- ARRUDA, A.M. (1988) – Nota acerca da ocupação romana/republicana do Castelo de Castro Marim. In «Actas do 5.º Congresso do Algarve». Silves: Racial Clube, 1, p. 13-17.
- ARRUDA, A.M. (1993) – A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. Estudos Orientais (Actas do Encontro «Os fenícios no território português»). Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 4, p. 193-214.

- ARRUDA, A.M. (1996) – O Castelo de Castro Marim. in: «De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio A. C.». Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.95-100.
- ARRUDA, A.M. e GONÇALVES, L. J. (1993) – Sobre a romanização do Algarve. In «Actas do 2.º Congresso Peninsular de História Antiga (Coimbra, 1991)». Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.455-465.
- ARTEAGA, O. (1985) – Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Mar. Una aportación preliminar al estudio estratigráfico de las ánforas púnicas y romanas del yacimiento. *Noticiário Arqueológico Hispánico*. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 23, p.197-233.
- BENOIT, F. (1965) – Recherches sur l'hellenisation du Midi de la Gaule, Aix-en-Provence. Paris
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – Las anforas romanas en España. *Monografias Arqueologicas*, 8, Zaragoza.
- BLANCO JIMÉNEZ, F.J. (1989) – Excavaciones de urgencia en un solar de la Calle Gregório Maraño. Cádiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 3, p.78-81.
- BOUBE, J. (1973-75) – Marques d'amphores découvertes á Sala, Volubilis et Banasa. *Bulletin d'Archéologie Marocaine*. Rabat, 9, p.163-236.
- CALLU, J.P. *et al.* (1965) – *Thamusida I*. 2.º suplemente de *Mélanges de l'École française de Rome et Athènes*. Paris.
- CARDOSO, G. (1978) – Ânforas romanas no museu do mar. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 17, p. 63-78.
- CARDOSO, J.L. (1997) – O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras. *Estudos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 6, p. 361-366.
- CINTAS, P. (1950) – *Cerámique Punique*. Paris.
- COSTA, A.I.M. (1910) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *Appendice – Homem Proto-histórico, Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes*. O Archeólogo Português. Lisboa: Imprensa Nacional, 15, 1ª série, p.55-83.
- DIOGO, A.M.D. (1982) – A Propósito de «Moron». *Estudo de Alguns Documentos Provenientes dos Chões de Alompé (Santarém)*. *Clio*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/INIC, 4, p.147-154.
- DIOGO, A.M.D. (1984) – O Material Romano da 1ª Campanha de Escavações na Alcáçova de Santarém (1979). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 23, p.11-142
- DIOGO, A.M.D. e TRINDADE, L. (1993/94) – Materiais Provenientes de Chões de Alompé (Santarém). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 32/33, p. 263-281.
- DOMERGUE, C. (1973) – Belo – I. La stratigraphie. *Publicaciones de La Casa de Velazquez. Série Archéologique*, 1, Paris.
- ÉTIENNE, R. e MAYET, F. (1994) – À propos de l'amphore Dressel 1c de Belo (Cadix). *Mélanges de la Casa de Velazquez*. Madrid: Casa de Velazquez., 30-1, p.131-138.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1994) – As ocupações antigas de Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Resultados Preliminares das Campanhas de 1990-92*. In «Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)». Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2, p.275-289.

- GOMES, M. V., GOMES, R. V. e BEIRÃO, C. (1986) – O cerro da Rocha Branca (Silves) – Resultados preliminares de três campanhas de escavações. In «Actas do 4.º Congresso do Algarve (Montechoro, 1986)». Silves: Raca Clubbe, 2, p.77-83.
- GUERRERO AYUSO, V. M. (1986) - Una aportación al estudio de las ánforas púnicas Mañá C. *Archaeonautica*. Paris; 6, p. 143-186.
- LÁGOSTENA BARRIOS, L. (1996) – Alfarería romana en la Bahía de Cádiz. Cádiz.
- LÁGOSTENA BARRIOS, L. (1996) – Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: Aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Mañá C. *Florentia Iliberritana*. 2, 7.
- LAUBENHEIMER, F. (1990) – Le temps des amphores en Gaule. Vins, huiles et sauces. Paris: Editions Errance.
- LÓPEZ CASTRO, J.L. (1995) – Hispania Poena. Barcelona: Editorial Crítica
- MAIA, M. (1978) – Ânforas neo-púnicas do Sul de Portugal. In: «Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1977)». Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p.199-207.
- MAIA, M. (1980) – Escavações na estação romana de S. Marcos, Cacém (Sintra). *CLIO*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/INIC, 1, p. 158-9.
- MAÑÁ, J.M. (1951) – Sobre tipología de ánforas púnicas. In: «Crónica del VI Congreso de Arqueologia de Sudeste (Alcoy,1950)». Cartagena, p.203-210.
- MOREL, J.P.(1968) – Recherches stratigraphiques à Hipponne. *Bulletin Archeologie Algérienne*, 1.
- MUÑOZ VICENTE, A. (1985) – Las ánforas prerromanas de Cádiz (informe preliminar). In: *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 3, p.471-478.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. (1986)- El comércio marítimo en el n. O. durante la época romana, a través de las ánforas. *Revista de Arqueologia*, 57
- PEACOCK, D.P.S. (1974) – Amphorae and the Baetican fish industry. *Antiquaries Journal*, 54, p.232-243.
- PEACOCK, D.P.S. e WILLIAMS, D.F. (1986) – Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide. London: Longman.
- PERDIGONES MORENO, L. e MUÑOZ VICENTE, A. (1988) – Excavaciones arqueológicas de urgência en los hornos púnicos de Torre Alta, San Fernando, Cadiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 3, p.106-112.
- PONSICH, M.(1968) – Alfarerías de época fenicia y punico-mauritana en Kuass (Arcila, Marruecos). *Papeles del Laboratorio de Arqueologia de Valencia*. Valencia, 4.
- RAMÓN, J.(1981) – Ibiza e la circulacion de ánforas fenicias y púnicas en el Mediterráneo Occidental. *Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza*. Ibiza: Conselleria de Cultura, educació i esports, 5.
- RAMÓN, J.(1991) – Las anforas púnicas de Ibiza. *Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza*. Ibiza: Conselleria de Cultura, educació i esports, 23.
- RAMON, J. (1995) – Las Ânforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central e Occidental. Barcelona: Universidate de Barcelona.
- SANTAMARIA, G. (1975) – L'épave A du cap Dramont (Saint Raphael), fouilles 1971-1974. *Revue Archéologique Narbonnaise*, 8, p.185-198.

- SILVA, C. T., *et al.* (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Museu da Assembleia Distrital de Setúbal, 6-7, p.149-218.
- SILVA, C. T. *et al.* (1987) – Notas sobre o material anfórico da Foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Museu da Assembleia Distrital de Setúbal, 8, pp.203-220.
- SILVA, C. T. e SOARES, J. (1993) – Ilha do Pessegueiro. *Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1973) – A ocupação do período proto-romano do Pedrão (Setúbal). In «Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)». Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 245-305.
- SOARES, A. C. (1986) – Achados arqueológicos na vila de Odemira. *Trabalhos de Arqueologia do Sul*. Évora: Serviço Regional de Arqueologia do Sul/IPPC, 1, p.87-92.
- TARRADELL, M. (1960) – Marruecos Púnico. Tétuan.
- VAN DER WERFF, H. (1978) – Amphores de tradition púnique à Uzita. *Babesch*, 52-3, p.171-200.

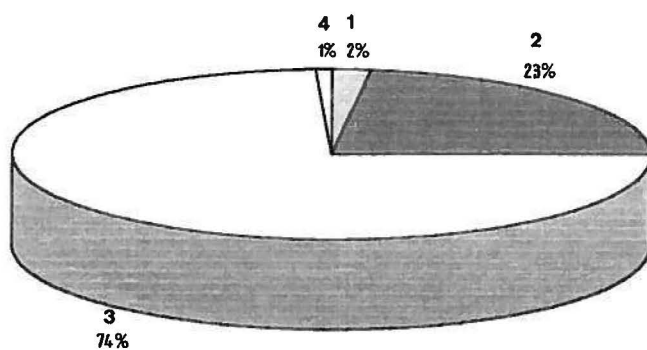




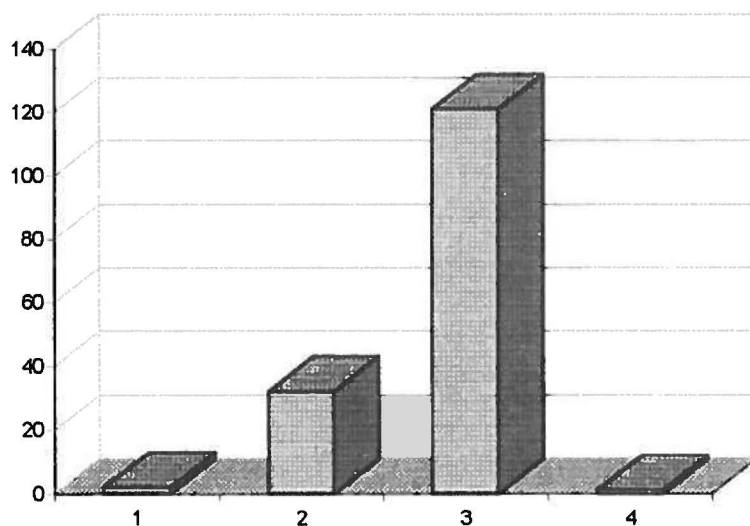
1- Localização da Alcáçova de Santarém na folha n.º 353 da C.M.P. 1:25.000 (1970)



2- Localização da Alcáçova de Santarém na folha n.º 353.3.3. da D.G.S.U. 1:5.000



1- Frequência das ânforas de acordo com o seu fabrico



2- Total de fragmentos da Classe 32 da Alcáçova de Santarém

